



**XXII** Seminário Nacional de  
Bibliotecas Universitárias

28 de novembro a 01 de dezembro  
Florianópolis - SC

### Eixo 3 – Biblioteca e Sociedade

## O espaço das bibliotecas universitárias no orçamento das universidades federais brasileiras: breves constatações e reflexões

*The importance of university libraries in the budgets of Brazilian federal universities:  
brief observations and reflections*

**Adriana Almeida Campos** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
[adri.almeidacamp@gmail.com](mailto:adri.almeidacamp@gmail.com)

**Camila da Silva Teixeira** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
[milarine.teix@gmail.com](mailto:milarine.teix@gmail.com)

**Débora Tiago Alvarez** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
[dtialva@gmail.com](mailto:dtialva@gmail.com)

**Gilda Sousa de Alvarenga** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
[gildaalvarenga2@gmail.com](mailto:gildaalvarenga2@gmail.com)

**Resumo:** Aborda o estudo de caso da imprevisibilidade de recursos no orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro para manutenção e infraestrutura das instalações físicas das bibliotecas e o impacto desse modelo de gestão para a sobrevivência dessas organizações. Aponta como estratégia para conquistar essa posição, ações de ativismo político para envolver os bibliotecários das instituições, na participação e construção ativa dos espaços de fala e poder da Universidade, visando reconfigurar o *status quo* da biblioteca no ambiente organizacional da UFRJ.

**Palavras-chave:** Orçamento Participativo. Ativismo político. Bibliotecas universitárias.

**Abstract:** Address the causes of the study of the unpredictability of resources in the budget of the Federal University of Rio de Janeiro for maintenance and infrastructure of the physical facilities of libraries, and the impact of this management model for the survival of these organizations. It points out as a strategy to conquer this position, actions of political activism to involve librarians of the institutions, in the participation and active construction of the spaces of speech and power of the University, aiming to reconfigure the status quo of the library in the organizational environment of the UFRJ.

**Keywords:** Participatory Budgeting. Political activism. University library.



## **1 INTRODUÇÃO**

O cenário de escassez orçamentária que atinge as Instituições de Ensino Superior (IFES), mais acirradamente na última década, vem impactando a disponibilização, a manutenção e a qualidade dos serviços e produtos prestados pelas Bibliotecas Universitárias brasileiras (BUs).

Neste contexto de contingenciamento orçamentário, ditado pela política neoliberal em ascensão no Brasil, as bibliotecas universitárias brasileiras vêm acumulando um passivo de sucateamento, desgastes, obsolescência, danos em suas instalações físicas, contaminação bacteriológica - por falta de uma política de higienização periódica - entre outros problemas graves, tanto para os acervos quanto para toda comunidade acadêmica, que convive nesses ambientes. Essas demandas reprimidas inviabilizam o funcionamento adequado dessas unidades de informação, resultando até mesmo no fechamento de bibliotecas por anos, o que reverbera diretamente na qualidade do serviço prestado à comunidade acadêmica.

Deste modo, torna-se importante refletir e buscar os motivos pelos quais as bibliotecas universitárias brasileiras, especificamente no âmbito do Rio de Janeiro, são carentes de uma política institucional que determine a forma de custeio para subsidiar a gestão administrativa das bibliotecas de suas instituições, visto que o atual modelo não tem sido notadamente propositivo e capaz de indicar ações efetivas para resolver os problemas que se acumulam cotidianamente.

O recorte dessa abordagem se insere nas ações de ativismo político com vistas a alcançar uma fatia no Orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a ser destinado ao suprimento das demandas urgentes de infraestrutura, manutenção e da modernização das instalações físicas das bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI/UFRJ) é um Órgão Suplementar hierarquicamente dependente da estrutura organizacional do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da Universidade e não dispõe de setor de compras próprio ou gestão de recursos para essa demanda tão vital ao funcionamento das bibliotecas.

No que diz respeito à divisão dos recursos da UFRJ, não há uma rubrica específica de dotação orçamentária para responder às demandas de manutenção

periódica das instalações das bibliotecas. Na prática, significa que a gestão técnica das unidades de informação da UFRJ compete ao SiBI, que dispõe apenas de uma pequena fatia das verbas do FCC para gerenciar as quarenta e três bibliotecas do sistema, enquanto a gestão administrativa das bibliotecas fica a cargo das unidades ou centros aos quais cada unidade de informação está subordinada.

Nesse sentido, faz-se necessário conquistar espaço no orçamento da Universidade, para garantir inclusão e sobrevivência dessas organizações neste cenário desigual e ameaçador para o futuro das bibliotecas. Na perspectiva de alcançar uma mudança de posição nesse ambiente desfavorável é que, envidamos esforços e ações de proposição de mudanças visando aprimorar o desenvolvimento desse quadro, através do ativismo político.

## 2 BREVES HISTÓRICO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UFRJ

Para melhor compreender o *status quo* do SiBI, discorreremos abaixo um breve histórico do percurso trilhado, desde sua criação e protagonismo em 1983, sua aprovação em 1989, e finalmente até sua institucionalização em 2018.

O órgão responsável pelo gerenciamento das bibliotecas da maior universidade pública do país, percorreu nada menos que trinta e cinco anos para conseguir sua institucionalização. Somente na sessão de 28 de junho de 2018, o Conselho Universitário da UFRJ (Consuni) - instância máxima da universidade - finalmente institucionalizou o Sistema de Bibliotecas. Abaixo um trecho que descreve como a ação de um grupo notório de profissionais da informação foi determinante para essa ascensão.

O Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI) teve início em 1983, a partir de projeto proposto por comissão de bibliotecários coordenada pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, a qual tinha a função de organizar a aquisição centralizada de periódicos estrangeiros para a UFRJ. [...] No entanto, o SiBI/UFRJ somente foi aprovado na sessão do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) do dia 31 de Outubro de 1989, extra pauta [...]. [A] institucionalização do SiBI e FCC [aconteceu no] CONSELHO UNIVERSITÁRIO SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2018. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO).

Partindo da constatação que o trabalho de um grupo singular de profissionais da informação foi o marco decisório para a criação do SiBI/UFRJ, é fundamental que os bibliotecários da instituição novamente assumam seus papéis ativo e busquem

conscientizar a si mesmos e à própria comunidade, da importância da biblioteca para o apoio à tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Cunha e Diógenes (2016) no artigo: “A trajetória da biblioteca universitária no Brasil, no período de 1901 a 2010” demonstram o percurso do Brasil na educação superior, no que tange às bibliotecas universitárias. Apontam que, entre a elaboração da legislação, no que concerne ao funcionamento das BUs (1901), a Reforma Universitária (1968) - que preconizava o planejamento dos serviços oferecidos em relação aos objetivos da Universidade - e, a criação da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (1973) - que visava dentre seus objetivos estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento - fica evidente que houve uma ação coordenada de bibliotecários, capaz de provocar a elaboração de uma política nacional. Esse movimento da classe corresponderia ao que hoje costumamos denominar de engajamento político. Afinal, por meio da criação da Associação, foi possível formular a criação de políticas públicas norteadoras para a trajetória das BUs.

Na década de 1980 essas bibliotecas foram alvo de uma política pública explícita e integrada por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias no âmbito do Ministério de Educação. [...] As bibliotecas universitárias brasileiras vêm se adaptando às mudanças das políticas globais de Estado, da educação superior, às mudanças tecnológicas, têm que conviver internamente com problemas de pessoal, redução de orçamento, realizar inovações nas atividades tradicionais e atender às novas demandas da universidade em relação ao seu papel pedagógico. O texto conclui apontando que a necessidade de ações governamentais de forma sistêmica ainda é um sonho para essas bibliotecas. Cunha; Diógenes (2016, p. 100).

Infere-se que não haverá avanços na posição das BUs na Universidade enquanto os bibliotecários não forem os atores principais desse processo de fomentação de políticas de Estado que articulem e promovam ações para mudança cultural no *modus operandi*, tanto do Ministério da Educação quanto da Universidade, em relação à forma como a encaram, tratam e finalmente definem onde devem aplicar seus recursos.

Para que haja conscientização dos pares e a promoção da construção de políticas intra e extramuros da Universidade, dependemos da ação proativa da classe bibliotecária, figurando como mola propulsora desse processo. A formulação de políticas que protejam e fortaleçam as BUs cabe indubitavelmente a quem

compreende a relevância do papel social que a biblioteca exerce, na formação acadêmica e conseqüentemente social de suas organizações.

Podemos corroborar tal linha de reflexão e estratégia a partir de (MAIA; ALMEIDA, 2010, p. 189) que afirmam abaixo uma forma de buscar o desenvolvimento de uma organização:

A sobrevivência e, mais ainda, o desenvolvimento de uma organização, dependem, em muito, da capacidade de se analisar mudanças e atuação no ambiente em que esta organização está inserida. Uma análise que deve ser realizada de modo integrado, sistêmico, estratégico e constante, fazendo a interlocução entre todos os componentes envolvidos, visando identificar necessidades e compreender as interdependências para definir, ou redefinir, sua função social.

Ocupar os espaços políticos de fala e poder, defendendo o papel dessas instituições, é condição *sine qua non* para redefinir a atual configuração das BUs dentro da Universidade brasileira.

### **3 PROTAGONISMO BIBLIOTECÁRIO, AÇÕES INTEGRADAS E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE FALA E PODER NA UNIVERSIDADE**

Na UFRJ o protagonismo político tem nome e sobrenome, e se chama Chico de Paula. Bibliotecário, jornalista, editor chefe da revista eletrônica *Biblioo*, advogado, mestre e doutor em Comunicação pela UFF. Infelizmente, esse protagonismo foi silenciado, curiosamente no dia 12 de março de 2022 - Dia do Bibliotecário - por uma doença fatal que, em cerca de três meses, apagou o brilho e a competência desse defensor da causa do livro, da leitura, da biblioteca e do papel social do bibliotecário na UFRJ.

Todavia, a semente plantada por Chico de Paula continua repercutindo na Universidade. Na última eleição para a representação da vaga dos Técnicos Administrativos, em 2019 nos Órgãos Colegiados da UFRJ, a chapa liderada por Chico conseguiu eleger representações importantes nos Órgãos Superiores, dentre elas, um assento no Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Consuni), no qual a suplência do Chico continua tendo representação bibliotecária e mantendo em evidência a causa Biblioteca na pauta de discussões da UFRJ.

Essa representação conquistada em 2019 ainda repercute e tornou possível que, na eleição para a gestão da reitoria da UFRJ 2023-2027, fosse organizada uma

reunião virtual onde a classe dos servidores que atuam nas unidades de informação pudesse dialogar e interagir sobre os problemas e possíveis soluções para as bibliotecas. A partir dessas demandas apontadas, foi possível construir uma pauta de reivindicações a ser apresentada aos candidatos à gestão da Universidade.

Essa pauta foi intitulada de Carta aberta aos candidatos à gestão da UFRJ, e foi entregue aos concorrentes em abril de 2023. Nessa carta foi apensado um formulário do *Google Drive*, com um questionário apresentando perguntas relacionadas às questões que impactam o trabalho desses servidores. Assim, essa mensagem foi disparada por uma lista de e-mails, possibilitando que esses servidores pudessem expressar suas opiniões sobre o futuro e o espaço do SiBI, na próxima gestão e, principalmente, no orçamento da Universidade. Temas como a possibilidade de eleição para o cargo de coordenação do SiBI, que atualmente é indicado pela presidência do FCC, concessão de Função Gratificada (FG), para as chefias das bibliotecas que exercem há anos o cargo, sem legalidade institucional, jurídica e remuneração para desempenhar tal função, vaga de representação do sistema de bibliotecas no Consuni e criação de laboratório de conservação e restauração, foram apontados na Carta Aberta.

O conteúdo desse documento foi apresentado aos candidatos, que, oportunamente, puderam apresentar seus programas de condução da reitoria no próximo quadriênio, no que concerne às bibliotecas do Sistema. Em tempo, está em curso a articulação para dialogar com a chapa eleita para a próxima gestão da Universidade, visando tratar do cumprimento das promessas feitas durante o período eleitoral.

#### **4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E UNIDADES DE INFORMAÇÃO DAS IFES: É POSSÍVEL VISLUMBRAR UMA FATIA DESSE “BOLO”?**

A propagação do mecanismo de participação popular denominado de Orçamento Participativo (OP) vem ganhando cada vez mais espaço em diversos países do mundo. Lüchmann, Martelli e Taborda (2021) reconhecem que o Orçamento Participativo (OP) consolidou-se como uma das mais importantes e conhecidas inovações democráticas no mundo. No entanto, apresentam os desafios que precisam ser enfrentados, tais como:

[...] inserir o orçamento participativo na agenda política internacional; articular o orçamento participativo com os objetivos de desenvolvimento sustentável; estabelecer pontes de relacionamento com outros movimentos sociais e políticos; reforçar a sua expansão territorial e institucional; fortalecer o sistema de participação; construir marcos legais que reforcem a sustentabilidade do orçamento participativo; e conviver com as novas formas de tecnologias digitais. Lüchmann; Martelli; Tabora (2021, p. 215).

Assim, o OP é um modelo de democracia participativa capaz de promover a inclusão de novos atores e vozes, antes ocultadas, pela centralização do poder nas mãos de uma minoria. Vislumbramos nesse recurso a probabilidade de governança democrática, onde o poder político e decisório é compartilhado com toda a comunidade acadêmica; corrigindo anomalias históricas, visto que não há previsibilidade de verba destinada à manutenção e salvaguarda institucional do patrimônio que abriga acervos e coleções raras, singulares e importantíssimas, não somente para a UFRJ, mas para a sociedade brasileira, de modo geral. Neste caso, mesmo gerenciando quarenta e três bibliotecas, provido de 336 servidores<sup>1</sup>, com presença absoluta em todos os *campi* da Universidade, é inaceitável que, como órgão em exame, não disponha de autonomia financeira para dirimir suas demandas.

Oportunamente, com a abertura da Consulta Pública à comunidade, para a composição da proposta da Nova Matriz de Cálculo do Orçamento Participativo da Universidade, surge o ambiente propício à indicação de distribuição de uma fatia do orçamento discricionário para as bibliotecas, através das unidades ao qual suas bibliotecas estejam subordinadas administrativamente. Nesse contexto, normalmente as bibliotecas atendem a mais de um curso, permitindo que quanto mais cursos atendam, maiores fontes de recursos farão jus à uma fatia do orçamento.

Entretanto, essa ação isolada e individualizada certamente não alcançaria o eco necessário desejado. Desta forma, examinou-se o orçamento do ano anterior (2022), direcionado às respectivas Decanias e Centros, e verificou-se completamente factível sugerir uma porcentagem fixa ao cálculo recebido por essas Unidades a ser destinado especificamente à biblioteca relacionada ao curso que cada uma atende. A partir desse parâmetro, foi construída uma proposta única, apresentada aos servidores do SiBI, via e-mail, conscientizando e solicitando a adesão e participação no formulário da

---

<sup>1</sup> SiBI em Números: Relatório Gerencial 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14r6QLHSbZ1gFGuJL4kinAwy2619jXwt/view>. Acesso em 14 jun. 2023.

Consulta Pública, para alcançar a representatividade capaz de garantir o alcance do objetivo em discussão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MOVIMENTO DE DENTRO PARA FORA OU DE FORA PARA DENTRO DA UNIVERSIDADE

Qual a melhor forma para alcançar o protagonismo necessário para redefinir o papel e o espaço da biblioteca universitária, dentro da Universidade? Talvez não haja uma fórmula certa para alcançar esse patamar. O que importa de fato é que, dentro da Universidade, os bibliotecários percebam o quanto é importante participar de todos os fóruns possíveis de representatividade, de fala, de integração e discussão entre os pares, para impulsionar a reconfiguração do *status* da biblioteca no Orçamento. E, principalmente, garantir que haja previsibilidade mínima de verba carimbada no orçamento discricionário das Universidades, para tal fim. Esse é um caminho possível para não continuar assistindo as unidades de informação sendo fechadas desde 2017, como no caso da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde e da Biblioteca do Instituto de Psiquiatria (IPUB), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, essa última, mais recentemente. Só o futuro dirá se essa iniciativa neófito ainda em curso, logrará êxito e conquistará o tão desejado espaço das bibliotecas no futuro da UFRJ. E quem sabe, outros bibliotecários não se inspirarão ou se aventurarão nesse exemplo, para buscar seus próprios caminhos e assumir lugares de fala...

## REFERÊNCIAS

CUNHA, M. B.; DIÓGENES, F. C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 47, p. 100-123, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n47p100>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LÜCHMANN, L.; MARTELLI, C. G.; TABORDA, L. Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14726> . Acesso em: 13 jun. 2023.

MAIA, L. C. G.; ALMEIDA, V. M. S. de. Desenvolvimento institucional dos órgãos coordenadores de sistemas de bibliotecas universitárias nas IFES: contexto da estrutura organizacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.10, n.2, p. 189-203, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/295/388>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. **Resolução nº 05/2018, de 28 de junho de 2018**. Altera o Estatuto da UFRJ no âmbito do Fórum de Ciência e Cultura. Rio de Janeiro: Conselho Universitário, 2018. Disponível em: [https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao\\_n\\_05\\_de\\_2018\\_-\\_public\\_DOU.pdf](https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_n_05_de_2018_-_public_DOU.pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.